

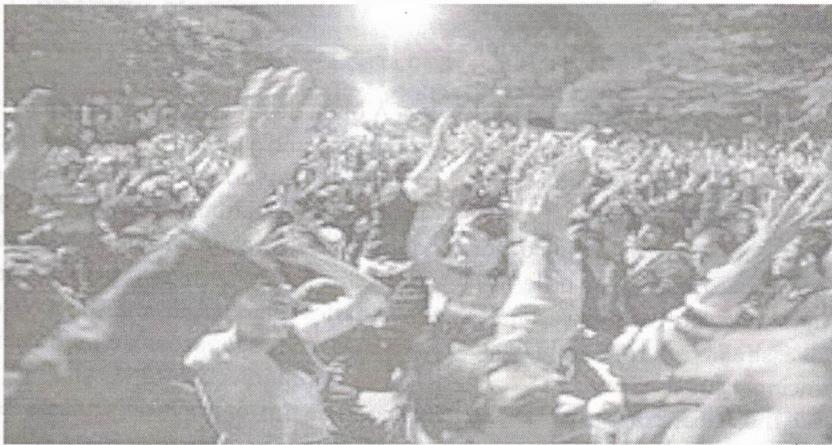


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

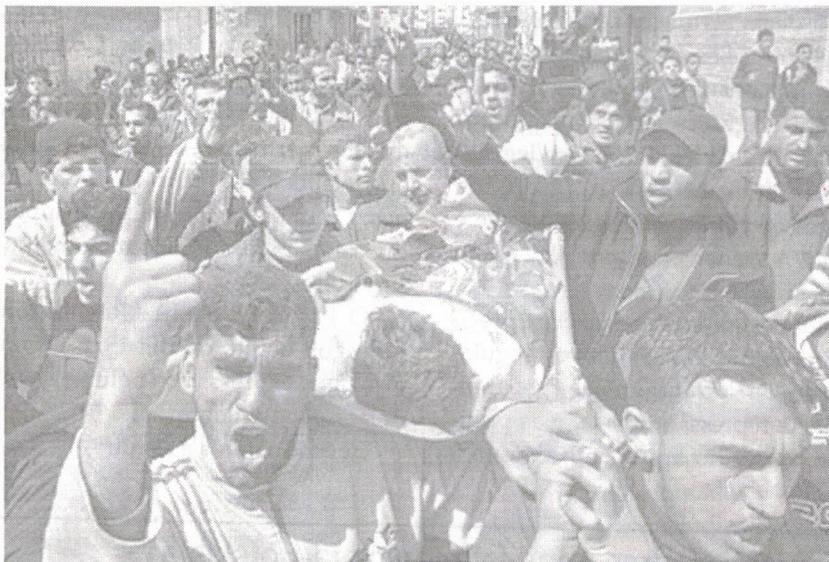
4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 18 - Nº 341 - DE 18 DE JUNHO A 3 DE JULHO DE 2007 - R\$ 2,00

Metalúrgicos/ABC: as direções sindicais aprovam uma campanha salarial sem luta, de conciliação com os patrões



A luta estudantil contra os decretos de Serra se espalha



A corrupção novamente se mostra por todo lado: Tribunais Populares para julgar e punir a burguesia corrupta!

Guerra civil na Palestina: imperialismo apóia Fatah contra Hamas

Funcionários públicos protestam contra o arrocho, a lei anti-greve e as reformas

Milhares de servidores federais e estaduais estão em greve. Algumas greves ultrapassam já duram trinta dias. Os setores administrativos das universidades federais, do Ministério da Cultura, do Inbra, do Ibama, os professores estaduais da Bahia e funcionários da saúde em São Paulo enfrentam a intransigência dos governos, que se recusam a atender as reivindicações. Ao contrário, não negociam com os grevistas, decretam os descontos dos dias parados e ameaçam endurecer ainda mais com a regulamentação da "lei de greve" para os servidores, que pune os sindicatos por meio de multas, processos judiciais e demite por justa causa os grevistas.

Reivindicações dos grevistas

A maioria do funcionalismo público está com os salários arrochados. Ao contrário das camarilhas dos servidores que recebem altos salários, "recompensas" e estão envolvidos com as quadrilhas que saqueiam os cofres públicos, como ocorre com os juizes, delegados de polícia etc. Essa corja de ladrões foi beneficiada com as alterações nas "carreiras do Estado", que resultou em correção salarial de mais de 170%. Enquanto que o grosso do funcionalismo não conseguiu nada. Para agravar a situação, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por meio do projeto de lei complementar 01/07, determinou o corte de despesas com a folha de salário, atingindo em cheio a maioria.

As reivindicações comuns são: reajustes salariais e manutenção das conquistas do plano de carreira. As universidades federais lutam contra a transferências dos hospitais universitários em fundações, que são instituições privadas. O Ibama defende a derrubada da MP366, que o divide por meio da criação do Instituto Chico Mendes, que trará

desemprego e precarização das relações de trabalho. O trabalhadores do Inbra exigem a reestruturação do plano de cargos e contratação de funcionários. Todos exigem a revogação da PLC 01/07, que impõe o arrocho por dez anos.

Governos ameaçam com mais endurecimento

Lula mandou cortar o ponto de todos os grevistas. O Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo - PT, diz que é preciso "endurecer" com os setores que estão em greve. Jacques Wagner, governador petista da Bahia, ameaça com duras punições aos professores. A burguesia intensifica a campanha contra as greves nos serviços públicos e pressiona o governo a tomar medidas mais drásticas. A imprensa fala que esse é "o preço por não ter enfrentado com rigor o desafio da reforma sindical na máquina estatal", cobrando assim a reforma trabalhista para o funcionalismo.

Os governos dos estados, do PT ao PSDB, agem da mesma forma. As greves e manifestações são reprimidas. Haja vista a repressão policial sobre os servidores e estudantes em São Paulo, Santa Catarina, Alagoas etc, nos recentes protestos.

O Ministro do Trabalho, Carlos Luppi -PDT, declarou que os servidores não podem "ter os mesmos direitos de greve que um trabalhador comum" (...) "uma paralisação significa um prejuízo à população". E que já tem em mãos a legislação que regulamentará a "greve de funcionários públicos". Enfatizou que é preciso "respeitar o direito de quem paga os impostos".

Todos batem na mesma tecla: é preciso punir os grevistas; é urgente a regulamentação da lei anti-greve. Procuram justificar a repressão policial e as punições com o velho argumento de que a

greve dos servidores é contra a população. Como se os politiquieiros legislassem e administrassem alguma coisa em favor da população. Ao contrário, os governos usam o dinheiro dos impostos para toda espécie de ladroagem e, quando os servidores entram em greve, clamam pela justiça à população e fazem demagogia dos serviços essenciais.

O fato é que os servidores estão enfrentando os governos, que respondem pela via da repressão.

Trabalhar pela unidade grevista

A onda de greves e manifestações no funcionalismo público tem evidenciado a crise dos governos. Em São Paulo, os professores estaduais e municipais há quatro meses realizam manifestações e protestos contra Serra e Kassab. As universidades estão paralisadas há mais de um mês, com ocupações de reitorias na USP e em alguns campi da UNESP. A decisão de fim da greve de professores e o indicativo de desocupação da reitoria da USP não permitiu ainda a volta do funcionamento da universidade. Os estudantes e professores fizeram uma grande passeata no dia 15 de junho denunciando os decretos privatistas do governo. Os trabalhadores do metrô fizeram um dia de paralisação, que percutiu em todos os setores. Como se vê, há um disposição de sair em luta na defesa das reivindicações. Mas, os movimentos permanecem fragmentados, o que facilita a ação repressiva dos governos. Os trabalhadores têm de superar a divisão para fortalecer o movimento dos servidores.

O Partido Operário Revolucionário divulgou no ato do dia 15/6 um manifesto, que expressa sua política no interior desse movimento.

Reproduzimos a seguir:

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Superar a fragmentação, acabar com o corporativismo das direções e defender a unificação das lutas

As manifestações do funcionalismo público ganharam as ruas da capital paulista, no mês de maio. Os jornais estamparam a repressão desfechada por Serra aos manifestantes que exigiam a retirada do decreto de criação da SP-Prev.

Os trabalhadores das universidades (professores e funcionários), estudantes da USP e de vários campi da Unesp saíram em greve e ocuparam reitorias. A mobilização ganhou dimensão nacional e provocou reações de igual importância em outros estados. O governo acionou a Justiça para legitimar a ação policial de reintegração de posse da Reitoria ocupada. Os grevistas enfrentaram a tropa de choque nas imediações do Palácio dos Bandeirantes. A burocracia acadêmica reacionária tentou organizar a caminhada pró-governo e anti-greve para pôr fim à resistência dos estudantes. O movimento resistiu às ordens judiciais, às ameaças, aos acadêmicos vendidos, à imprensa burguesa e se manteve firme por mais de 40 dias.

O fundamental é que os servidores e os estudantes encurralaram Serra e puseram às claras o arrocho salarial, a retirada de direitos e as medidas privatizantes das universidades públicas.

As lutas vêm mostrando que as massas resistem aos ataques dos governos. Estes, por sua vez, só conseguem implantar suas medidas reprimindo os movimentos. O grande problema das lutas é que estas têm permanecido isoladas uma das outras devido à política das direções sindicais. É necessário unificar os trabalhadores e a juventude em torno de um programa de reivindicação e por meio da organização comum da ação direta.

Governos são carrascos dos trabalhadores da educação e das universidades públicas

Dizemos isso porque:

1. Mantêm a maioria do funcionalismo nas condições de miserabilidade. Em São Paulo, os salários estão arrojados há 12 anos. A hora-aula de um professor de educação básica, pouco mais de seis reais, o embrutece e o obriga a assumir longas jornadas de trabalho. Mas os governos mentem quando dizem que houve melhorias salariais e trabalhistas;

2. Não se cansam de ameaçar e impor decretos contra a educação pública. É o PDE, a avaliação desempenho, a mudança curricular, a promoção automática, o Saresp, Enem, Saeb, Enade etc;

3. Fazem demagogia com a reforma educacional do Banco Mundial, que se materializa no desmonte do ensino público e

no avanço da privatização;

4. Impõem reformas que destroem conquistas sociais – reforma da previdência e trabalhista;

5. Usam os grandes meios de comunicação (jornais, TV etc) para delatar e criminalizar os movimentos sociais, como ocorre agora com as ocupações nas universidades.

O fato é que os governos do PT ao PSDB são lacaios dos capitalistas e dos organismos do imperialismo. Lula e Serra agem contra a vida da maioria dos servidores e contra as universidades gratuitas. Portanto, dão as mãos quando se trata de combater as conquistas dos trabalhadores. Em meio ao lodo da corrupção, os governos não fazem mais do que alimentar os negócios das quadrilhas capitalistas, que mamam no orçamento e se nutrem do tráfico de influência nas esferas do Estado.

Ponto de partida

Os objetivos da luta para os servidores e estudantes estão assentados em 5 pilares, que são ponto de partida para enfrentar os governos.

1. Conquistar as reivindicações elementares: a) salário mínimo vital de R\$ 2.500,00; b) a estabilidade no emprego a todos, seja concursado, ou contratado; c) redução da jornada por meio da implantação da escala móvel das horas de trabalho;

2. combater as reformas governamentais que destroem conquistas sociais e legalizam a precarização das relações de trabalho;

3. derrotar a reforma educacional que converte o ensino em mais um negócio para os capitalistas e embrutece os estudantes e professores;

4. rechaçar toda legislação repressiva do Estado contra os trabalhadores e estudantes e rejeitar a lei anti-greve;

5. lutar para impor o ensino público, gratuito, laico, em todos níveis para os explorados e vinculado à produção social.

Portanto, esse ponto de partida permite a unidade dos trabalhadores e estudantes e possibilita a luta unificada com outros setores de oprimidos.

Caminho para a luta

É preciso superar os problemas para que o movimento caminhe no sentido de derrotar a ofensiva dos governos. Eis alguns deles:

1. Ocorreram mobilizações e greves em vários setores do funcionalismo e nas universidades. Mas as direções sindicais blo-

quearam a unificação e centralização das ações contra os governos. Os atos conjuntos não expressaram a vontade das bases de avançar a centralização, por meio de assembleias e comandos de mobilização unitários. Ao contrário, estiveram sob a política das direções burocráticas;

2. A burocracia da Apeoesp fez de tudo para que o descontentamento em relação às medidas de Serra não atingisse o governo Lula. Ocorre que essa direção apóia Lula. Reforçou a política corporativista, que tem conseqüência a fragmentação das lutas. Desvinculou as reivindicações salariais e funcionais do movimento contra a SPPrev. Não trabalhou pela organização da resistência grevista;

3. As direções estudantis pouco empenho fizeram no sentido de romper com o corporativismo da burocracia sindical. O movimento permaneceu a maior parte do tempo nos campi das universidades, quando saiu às ruas mostrou a disposição de derrotar as medidas governamentais.

Esses obstáculos trouxeram uma lição: cabe aos servidores e às universidades organizarem a luta unitária, a partir das bases, superando suas direções burocráticas e reformistas. Para isso, é fundamental a construção das frações revolucionárias para intervir nos sindicatos e nas universidades.

A força dos explorados

As medidas governamentais têm sido impostas por meio da repressão aos movimentos sociais. Nesses cinco meses de governo, Serra instituiu a Secretaria de Ensino Superior, aprovou a SP-Prev e a nova lei das pensões. Prepara outro pacote de medidas contra a educação básica - a reforma do ensino médio, a avaliação desempenho, a expansão da municipalização e novos passos da reforma da previdência. Para isso, foi obrigado a usar o aparato policial para conter as manifestações de protestos e as ocupações nas universidades. O que evidencia que os governos nada mais são do que a ditadura de classe da burguesia.

Os trabalhadores dos serviços públicos e os estudantes das universidades unidos são uma poderosa força social contra os interesses de classe da burguesia e de seus governos. Essa é a fortaleza dos explorados. Potenciar essa unidade significa trabalhar para derrotar a política das burocracias sindicais, que atuam no interior dos movimentos com os métodos de outra classe (fragmentação, corporativismo etc). A força dos explorados está na sua unificação, na ação direta e nas suas reivindicações.

Novos episódios da crise política

Tudo para salvar o presidente do Senado

O PSOL entrou com uma representação no Conselho de Ética do Senado contra Renan Calheiros. PMDB, PT e aliados procuraram evitar que se consumisse o pedido de investigação. Mas as lutas internas aos partidos e o volume de notícias públicas derrubaram o bloco. Não adiantou a farsa do discurso do acusado, montada no palco do Senado.

Aceita a representação, o relator designado a dedo, Epiáfio Cafeteira (PTB-MA), considerou que não havia "provas ou indícios" que indicassem quebra de decoro parlamentar. Pediu que se arquivasse a representação do PSOL, sem que houvesse qualquer investigação. Para Cafeteira, apoiado por uma parcela de quase todos os partidos, as provas de inocência apresentadas por Renan em seu discurso, muito aplaudido pelos senadores, eram inquestionáveis.

PSDB, PFL e PSOL impossibilitaram que Cafeteira enterrasse a representação. No dia seguinte, 15 de junho, vem a público que os documentos e notas apresentadas pelo presidente do Senado para comprovar que a empreiteira Mendes Júnior não tinha pagado entre 2004 e 2005 a pensão de sua filha eram falsificados. A alegada venda de gado não existia. Mesmo assim, o senador Cafeteira insistiu em manter seu parecer de arquivamento da representação.

O último capítulo da novela foi um novo adiamento da votação no Conselho de Ética se enterrariam ou não a representação. O líder do governo Romero Jucá (PMDB-RR), que se livrou no passado recente de um processo de falsificação de escritura de fazendas, e a senadora Ideli Salvatti (SC), com apoio de Lula, têm manobrado o quanto podem para salvar o corrupto.

O embate em torno de Renan Calheiros, homem fundamental na defesa do mandato de Lula na primeira gestão, indica que a crise política do passado não foi debelada. Apesar da corrupção atingir todos os partidos no caso da Gautama, não foi possível à aliança governamental sufocar as disputas internas ao Estado entre as forças burguesas.

A Polícia Federal, que escapa ao controle do núcleo governamental, e age como uma instituição independente, capaz de influenciar os rumos da política de estado, é instrumento das forças em choque. A queda do Renan se tornou possível graças aos vazamentos de informações para a imprensa e para os partidos. Constituirá um golpe da oposição na aliança governamental.

A crise se aproxima do Presidente

Nilton Servo comanda a quadrilha do

jogo caça-níqueis. Dario Morelli Filho, compadre do Presidente da República, é um dos comandados de Nilton Servo. Genivaldo Inácio da Silva (Vavá), irmão do Presidente, servia de intermediário dos interesses da quadrilha. A PF expôs até onde queria o emaranhado de relações criminosas.

A prisão do compadre e do irmão de Lula foi evitada por razões políticas. Há disputas intestinas na PF entre a ala que pretende expor os podres do governo e a que quer ser mais seletiva.

Lula criticou os excessos dos federais, na mesma linha que fez a OAB e parlamentares, com intuito de exigir cuidado com a crise política.

A apreensão de papéis na casa de Vavá e a revelação de seu envolvimento com negócios de Nilton Servo por meio de escuta telefônica foram consideradas uma tentativa de levar a crise para perto do Presidente.

Ocorre que a proximidade de Lula com a quadrilha não se dá apenas pelo fato de seu irmão ter sido cooptado, mas também porque o cooptante é do seu círculo familiar. A PF divulgou uma foto em que Lula aparece abraçado com os filhos de Nilton Servo e este está sentado na mesma foto ao lado. Evidenciam-se vínculos de amizade com os chefes da máfia dos caça-níqueis.

Lula havia defendido o irmão com o argumento de que não passava de um ingênuo, incapaz de fazer lobbies para favorecer o crime. Usou a figura de linguagem de que se tratava de um lambari no cardume de pintados. Em resposta a PF vazou a foto do Presidente da República entre os pintados.

Nilton Servo bem poderia ser um dos financiadores da campanha eleitoral de Lula. A política burguesa é inviável sem a promiscuidade com toda sorte de financiamento.

CPI da Navalha

O governo e a liderança partidária dos grandes partidos não querem a constituição da CPI para investigar o caso da Empreiteira Gautama. Faltaram duas assinaturas para confirmá-la na Câmara e no Senado há um compasso de espera, em função da crise envolvendo Renan Calheiros.

O problema está em que os grandes partidos contam com envolvimento de altas figuras, a exemplo de governadores do PSDB, PDT e o ex-governador de Sergipe. O principal argumento do governo é que a CPI atrapalhará o Programa de Aceleração Econômica (PAC), porque investigará as empreiteiras.

Renan, quando se viu acossado pela acusação de receber dinheiro da Mendes Júnior, alertou que muitos parlamentares têm alguma coisa a ver com os empresários. Nestas circunstâncias, não há esforço das cúpulas partidárias movimentar a CPI da

Navalha, nome referente à operação da PF.

A CPI do controle de vôo e da Infraero foi uma tentativa da oposição retomar a ofensiva contra o governo de Lula, mas logo foi obscurecida com os novos escândalos das empreiteiras e dos caça-níqueis. De qualquer forma, as ações e disputas em torno da nova CPI são resultados das disputas interburguesa e da crise política.

Os parlamentares e governos dependem de negociatas

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contabiliza R\$ 27 milhões doados pelas empreiteiras nas últimas eleições aos candidatos ao parlamento. Dos eleitos, 54,7% dependeram desse financiamento. 55,5% dos deputados federais e 49,3% dos senadores estiveram comprometidos com as doações legais. Imagine se acrescentar o financiamento clandestino! É tão descarada a doação "oculta" ou "indireta" que os jornais publicaram cifras precisas, como R\$ 12,5 milhões da Andrade Gutierrez.

Alguns exemplos de doações registradas legalmente divulgadas pela imprensa: o senador Eliseu Resende (PFL) recebeu R\$ 567 mil, eleito passou a integrar a Comissão de Infra-Estrutura, bem apropriada a encaminhar os interesses dos empreiteiros; Arlindo Chinaglia (PT), outro que recebeu uma bolada, tornou-se presidente da Câmara Federal; o presidente do PT, Ricardo Berzoini contou com a bondade de R\$ 248 mil. Segundo o levantamento, os parlamentares do PT captaram R\$ 4,6 milhões, a maior doação de todos.

As empreiteiras tinham certeza de que Lula seria eleito e que os petistas lhes seriam úteis. Não por acaso, o segundo ganhador foi o PMDB, seguido do PSDB. São as forças que comandam o processo político.

Os governadores fazem parte desse rol. Arrecadaram R\$ 221.564.164,12, registrados no TSE. As empreiteiras contribuíram com R\$ 25.319.217,00, portanto com 11,42%. O mais bem cotado foi Jackson Lago (PDT), eleito para o governo do Maranhão. É um dos indiciados por corrupção pela Operação Navalha, da PF.

Como se vê, o Estado representa os interesses gerais da burguesia contra as massas exploradas e é um instrumento de disputas particulares das corporações econômicas e das quadrilhas. Não há como moralizar esse comitê de negociata e de ditadura de classe.

A bandalheira e as lutas intestinas indicam o apodrecimento do capitalismo. Isso explica por que não há uma crise econômica imediata atingindo o governo e, no entanto, Lula não consegue debelar a crise política.

Imprensa livre?

A decisão do governo da Venezuela, Hugo Chávez, de não renovar a permissão de funcionamento da poderosa emissora de TV – RCTV – desencadeou uma campanha internacional contrária, movida pelos EUA. Nesse momento explodia um novo e grande escândalo da compra de autoridades brasileiras pela Empreiteira Gautama. O “mensalão”, o “sangue-suga” e “os biñgos” parecem pequenos delitos diante do gigantesco envolvimento das mais altas autoridades políticas, judiciais e policiais com falcatruas e dilapidação dos cofres públicos.

A burguesia não prende gente de sua classe. O parlamento é um condomínio que não manda confiscar os bens dos larápios. A justiça vale apenas para prender pobres, criminalizar movimentos, aplicar a lei-antigreve e expedir mandato de reintegração de posse. É assim que funciona a sociedade de classe.

Esse mesmo Senado constituído por larápios resolveu condenar a posição do governo venezuelano. Aprovou um moção pedindo ao Presidente Hugo Chávez que mantenha a concessão da RCTV.

O senador José Sarney usou a coluna da Folha de São Paulo para divulgar a defesa da “liberdade de imprensa”. Diz: “Devemos recordar que a liberdade de imprensa nasceu na concepção de Jefferson de que, se o parlamento tinha proteção da inviolabilidade de palavra e voto, o povo devia ter a liberdade de opinião, de questionar o próprio governo, através de uma imprensa livre”.

Vemos que o parlamento garante não só a liberdade de palavra e voto como também dos parlamentares roubarem à vontade. O Presidente do Senado Renan Calheiros, acusado de se vender à empreiteira, foi cumprimentado por uma fila indiana de senadores, os mesmos que querem liberdade à RCTV.

“O povo deve ter liberdade de opinião” e a imprensa “livre”. Mas o povo nunca teve liberdade de opinião. Esse pressuposto é uma farsa burguesa. Imprensa livre? Não existe! É livre para defender os interesses da burguesia. As empresas de comunicação expressam a grande propriedade dos meios de produção.

Chaves é um governo burguês nacionalista. É na sua orientação nacionalista que reside todo conflito.

A grande imprensa venezuelana ajudou a promover o golpe de 11 de abril de 2002, contra o governo eleito de Chávez. Os donos da RCTV estiveram à frente do processo que levou à prisão do Presiden-

te por 48 horas e depois manteve a linha golpista. Por detrás dos golpistas, estavam os EUA. Quem comanda a campanha internacional pela liberdade de imprensa? Os EUA.

Como não dar razão a Chávez quando diz: “O Congresso brasileiro está agora subordinado ao de Washington”? Como não reconhecer que se comporta como “pagamento dos EUA”?

As demais empresas, como a Vesevisión e Televén, tão poderosas quanto a ex-RCTV, não foram importunadas por Chávez, que provavelmente as ajudará. Os interesses gerais da burguesia serão preservados, mas com a particularidade de que terão de assimilar medidas nacionalistas. A liberdade de imprensa na Venezuela continua a existir como liberdade burguesa.

A posição do Senado brasileiro de exigir liberdade de imprensa na Venezuela tem como conteúdo a defesa da liberdade do imperialismo orientar a imprensa venezuelana e se servir dela para organizar o golpe, como fez em abril de 2002. A grande imprensa, no Brasil, não é diferente da venezuelana. É livre para desinformar, deformar e mentir para a população.

Liberdade para delatar

Escrevemos acima sobre a polêmica em torno da posição do governo Hugo Chaves, da Venezuela, de não renovar a concessão estatal de funcionamento da RCTV. Afirmamos que não existe de fato imprensa livre, uma vez que constitui monopólio empresarial.

Informações, interpretações e análises jornalísticas sofrem o crivo dos interesses econômicos e da ideologia de classe. Não há como se contrapor a esse monopólio, não é possível o jornalista independente e crítico.

Tomemos um acontecimento do momento: a ocupação estudantil da USP. A campanha contrária ao movimento feita pela grande imprensa foi acirrada, ao ponto de exigir repressão por parte do governo.

Os meios de comunicação são defensores da privatização do ensino superior. Não poderiam deixar de se colocar do lado dos decretos do governo Serra e contra o movimento de resistência.

Como levaram para a população o conflito? Os estudantes que ocuparam a Reitoria não passaram de um bando manipulado pela ultra-esquerda.

O que mais deixou os grandes jornais

enfurecidos foi o fato da ocupação se prolongar e o governo não autorizar a tropa de choque a desalojar os ocupantes – é claro que antes se apregoaram saídas pacíficas. Serra só não o fez porque pensou na sua candidatura presidencial. Quanto menor o desgaste político, melhor.

O que fez então o jornal O Estado de São Paulo? Partiu para a delação. É a tal da repressão seletiva. O velho argumento de que os estudantes foram manipulados e que os manipuladores devem pagar por isso veio à baila.

Em reportagem para o Estado de São Paulo, o jornalista Carlos Marchi achou um dos grandes manipuladores: Claudionor Brandão, ex-diretor do Sintusp. Depois de mais de um mês de ocupação, o jornalista descobriu que o movimento não foi espontâneo, correntes da ultra-esquerda estavam por detrás, logo isso muda tudo, não importam as razões.

Mas entre os militantes há um perigoso articulador. Segundo a reportagem: “Dez minutos após a invasão, Claudionor Brandão, ex-diretor do Sintusp e líder das chamadas ‘ações diretas’ do sindicato, chegou para instruir os invasores”. Que precisão fantástica – “Pouco depois (dez minutos) da invasão, como se estivesse adivinhado o ato, Brandão entrou no prédio já comandando a logística da ocupação – fechamento de portas e janelas, ocupação de rotas de entrada, controle de linhas telefônicas e computadores, cuidados com documentos oficiais (...)” Extraordinária descrição!

A matéria faz uma distinção entre Magno Carvalho, diretor do Sintusp, e Claudionor Brandão. O primeiro “é o lado negociador”; o segundo, “é o lado brucutu”. A partir daí o Estado de São Paulo saca um dossiê do “brucutu”, para mostrar que enfrentou três processos administrativos e inclusive “até por assédio sexual”. O jornalista conclui: “Ao longo dos anos, ele tem sido uma figura inatingível na USP”. Todos os fatos apresentados pelo jornal são tidos como incontestáveis, apesar do arquivamento dos processos.

A polícia política e o judiciário já sabem tudo sobre o sindicalista e militante de esquerda para incriminá-lo. Mas para quê serve então a delação jornalística? Para reforçar a pressão no sentido de pegar Brandão e para justificar socialmente a ação repressiva.

Esta é a liberdade de imprensa que temos. Esta é a liberdade dos monopólios da comunicação. Poderosos órgãos de combate aos movimentos sociais.

V Congresso do MST

O V Congresso do Movimento dos Sem-terra (MST), realizado de 13 a 15 de junho, contou com gigantesca marcha de 18 mil camponeses, que foram cobrar do governo Lula a reforma agrária.

O MST retoma em seu V congresso a discussão sobre a reforma agrária. No 1º congresso, janeiro de 1984, de sua fundação, foi aprovada a bandeira de que “sem reforma agrária não há democracia” e que a ocupação de terras era a principal forma para “avançar na democratização da terra”. No 2º, maio de 1990, a discussão sobre reforma agrária foi materializada na consigna “ocupar, resistir e produzir”. No 3º, 1995, definiu-se por uma “reforma agrária – uma luta de todos”; No 4º, agosto de 2000, foi a vez de “um Brasil sem latifúndio”. Depois 7 anos, Fátima, da coordenação nacional do MST, diz que “a distribuição de terra não garante uma transformação real da sociedade (...) precisamos de uma Reforma Agrária ... que garanta desenvolvimento humano ... combinar distribuição de terra com programa de acesso à educação, à saúde, a uma alimentação saudável”.

Sob o slogan “Reforma Agrária Popular”, o V Congresso manteve a linha de democratizar o acesso à terra. Acrescentou a caracterização de “reforma agrária popular”, como sendo os assentamentos por meio de agrovilas próximas às grandes cidades. Reforçou a cobrança ao governo de assentar 240 mil famílias, das quais 140 mil são do MST.

O MST entregou ao governo Lula um abaixo-assinado contra a aprovação do cultivo e comercialização de sementes de milho transgênico pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTbio). E denunciou que essa medida favorece as multinacionais. O V Congresso enfatizou em sua carta o combate aos transgênicos.

Três problemas que o V congresso não enfrentou

Primeiro, ausência de um balanço sobre a estratégia da reforma agrária por meio de assentamentos. Segundo, o apoio do MST ao governo Lula. Terceiro, a relação do movimento social agrário com o movimento da classe operária.

Quanto ao balanço, está claro que em mais de duas décadas de existência e passando por vários governos o objetivo de resolver o problema do sem terra por meio de políticas governamentais de desapropriação de latifúndios improdutivos com indenização fracassou. A esperança de que com o PT e Lula haveria um salto a frente se mostrou ilusória. A burguesia latifundiária e demais frações do capital mandam nos governos e impossibilitam a “democratização da terra”. A convivência entre a grande propriedade fundiária com a pequena propriedade familiar é de subordinação dessa em

relação àquela. Com o avanço da agroindústria, tornou-se inevitável a expulsão de milhões de camponeses das terras. A tentativa de retomada reivindicando metas de assentamentos sofreu a prova da experiência com vários governos, principalmente com o PSDB e PT. Via-de-regra os assentamentos ocorreram em terras distantes e pouco férteis. As famílias sem recursos passaram a viver em condições precárias. Raras as cooperativas que permitiram uma pequena melhoria. O processo de ricas indenizações aos latifundiários e de assentamentos se esgotou. Está evidente a impossibilidade de “democratização da terra” sob o Estado e sob o controle da classe capitalista sobre os meios de produção.

Quanto ao apoio do MST a Lula, o Congresso deveria ter avaliado o seu conteúdo de classe e as conseqüências políticas para o movimento social. Já no primeiro mandato, Lula conformou um governo apoiado no grande capital nacional e no capital financeiro internacional. Atravessou uma profunda crise motivada por denúncias de corrupção e por disputas internas ao Estado. Ao contrário de favorecer as massas atendendo as reivindicações, como no caso das metas de assentamento, protegeu os interesses da classe capitalista e dos monopólios em particular. No entanto, o MST não só continuou a apoiá-lo como saiu em defesa de Lula para dar continuidade em um segundo mandato. Resultado: a crise política prossegue, o governo recrudescer os ataques aos trabalhadores e continua a golpear a educação pública. O V Congresso deveria reconhecer a política burguesa de sua direção e aprovar o rompimento com o governo Lula.

Quanto à relação do movimento camponês com a classe operária, está claro que o programa do MST não conduz à aliança com a classe operária, embora esta seja citada e propagandeada. A longa experiência mostra que não há uma política de independência de classe por parte do MST que leve à luta pela conquista da unidade com o proletariado. Um dos obstáculos fundamentais à unidade operário-camponesa se encontra na burocracia sindical e na política do reformismo. A direção do MST está atada a esse quadro. A própria estratégia de alcançar a reforma agrária com assentamentos e com apoio ao governo, como veio a acontecer na ascensão de Lula, inviabiliza o trabalho de conquistar a aliança dos camponeses com a classe operária. Somente o programa proletário de expropriação geral dos latifúndios e transformação da grande propriedade capitalista em socialista pode conduzir a unidade dos explorados da cidade e do campo.

A posição de acrescentar ao programa do MST a Reforma Agrária Popular pela via das agrovilas não faz senão mostrar o impasse da política reformista.

Bahia: greve dos professores da rede estadual

Jaques Wagner impõe a lei anti-greve

Os professores estão em greve desde 8 de maio. Reivindicam 17,28% de reajuste, ou seja, o mesmo valor concedido aos professores de níveis I e II, para equiparar ao salário mínimo (R\$380,00). Portanto, rejeitam os 4,5%, aprovados pela Assembleia Legislativa. Criticam os reajustes diferenciados, porque servem para ampliar as diferenças entre os professores.

O governador Jacques Wagner (PT) não aceitou as reivindicações do magistério. Não havia outra saída senão a greve. O petista, percebendo a disposição de resistência dos professores, entrou com uma "ação civil" na Justiça do Estado. A decisão do juiz foi: a) a greve da rede estadual deve ser suspensa em um prazo máximo de 24 horas; b) multa diária no valor de R\$ 20 mil, caso o sindicato não cumpra as ordens judiciais. A multa deve ser paga pela APLB – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia. Em seguida, Jacques Wagner fez um decreto convocando os grevistas

ao trabalho.

Os argumentos do governador petista são os mesmos da dinastia carlista (Antônio Carlos Magalhães). Usa o artigo da Constituição Federal (205) para dizer que as negociações não estavam encerradas, portanto a greve foi precipitada. Fala do artigo 37, que aparentemente se reporta ao direito de greve, para reafirmar a educação como serviços prestados à população.

O que Jacques Wagner põe em prática na Bahia é o que pretende Lula com a regulamentação do "direito de greve" aos servidores públicos. Está aí por que dizemos que não há direito de greve. Os governos legislam em favor da propriedade privada contra os explorados. Por isso, o PT de Lula e de Jacques Wagner está obrigado a se colocar contra os movimentos sociais, criminalizar suas lideranças e punir suas organizações sindicais.

Assembleia de 15 de junho votou a continuidade da greve

Mesmo diante das punições de Jacques Wagner, o movimento grevista se

fortaleceu ainda mais. O governo não apresentou nenhuma contraproposta, apenas ameaçou cortar o ponto dos profissionais da educação, caso não retornassem à sala de aula. Por isso, na assembleia geral de 15 de junho, os professores decidiram manter a greve.

Após Jacques Wagner ter usado a ação civil pública contra a greve, os professores ficaram desiludidos com o governo. Sentem na pele que Jacques Wagner repete as medidas truculentas da oligarquia carlista contra os trabalhadores em greve.

A APLB, pressionada pela base, repudia a ação do governo, porém se encontra na corda bamba, porque deseja o fim da greve para não se indispor com o governo, mas a base não se rende.

A continuidade da greve exige: a) ampliar os esforços para manter a unidade da classe e o apoio de outros setores de trabalhadores; b) realizar grandes manifestações contra as medidas governamentais, entre elas a lei anti-greve; c) aprovar que a APLB rompa com o apoio ao governo Lula/Jacques Wagner

A Greve de Professores em Fortaleza

O magistério municipal está em greve há mais de 25 dias. Os professores lutam por reajuste salarial (as perdas são superiores a 40% nos últimos 10 anos) e por um PCCS (plano de cargos, carreiras e salário) que atenda às reivindicações históricas dos professores, a exemplo da ascensão funcional que, pelo regime atual, só ocorre duas vezes ao ano e com vagas limitadas.

Na assembleia do dia 13/06, a comissão de negociação do Sindicato informou que a prefeitura havia recuado em alguns pontos no Plano: aceita reduzir de 320h a carga horária em cursos, certificados etc. para que os professores possam requisitar a progressão por capacitação para 240h no 1º ano e 180h a partir do 2º, com intervalo de 24 meses e não mais 36 como

propunha. Segundo a comissão, a Prefeitura se propõe a estabelecer prazo de 120 dias para promoção por titulação (antiga ascensão funcional) e retirar as punições (faltas). Os mais de 4000 processos de ascensão a Prefeitura se compromete a fazer até 31 dez 2008. Em contrapartida não garante paridade entre os reajustes dos trabalhadores da ativa e os inativos, a ascensão automática seria somente a partir de 2009 (o que acabaria por criar uma nova lista de espera), e sobre o central do PCCS, os percentuais de promoção por titulação, não diz uma palavra.

O projeto de lei do PCCS feito pela Prefeitura já está tramitando na Câmara de Vereadores desde o dia 12/05. Quanto ao reajuste, a prefeitura diz que este está inserido dentro do enquadra-

mento dos professores no PCCS. Os professores tentaram impedir a leitura do projeto e foram reprimidos pela Guarda Municipal com spray de pimenta. O presidente da Câmara, Tim Gomes, é aliado da prefeita e em poucos dias pretende votar o PCCS. A direção do Sindicato, que a princípio aceitava até punições dentro do PCCS e era radicalmente contra a formação de um comando de greve, prepara o fim da greve. A diretoria do PT/O Trabalho deve se colocar pela negociação de algumas emendas com os vereadores e concordar integralmente com a sua aprovação imediata. Ao contrário, os professores devem defender que não haja a votação do PCCS este semestre e para isso terão de ir pela via da radicalização da greve (Ocupação do prédio da Câmara).

Reunião da Corrente Proletária na Educação

No dia 9 de junho ocorreu a reunião da Corrente Proletária em Franco da Rocha. Um dos temas debatidos foi o Fundeb. Apresentamos abaixo os principais pontos da discussão.

1. A reforma educacional, que vem sendo implantada desde 1995 em São Paulo, com objetivos de expansão com “qualidade” e de manutenção da política de baixo investimento no ensino público, resultou em conseqüências drásticas para os trabalhadores da educação e para os alunos. Para o governo, houve crescimento da municipalização do ensino fundamental (conforme a LDB), ampliaram-se as parcerias com as empresas privadas e Ongs, precarizaram-se as relações de trabalho, aumentou-se a privatização no nível superior e manteve-se o patamar médio de aplicação de 3% do PIB na educação. Porém, o argumento que dava sustentação à reforma de que se tratava da descentralização e de melhoria da aprendizagem em pouco tempo se desfez. Os discursos governamentais em torno da “escola inclusiva”, “cidadã”, “ajustada ao mercado de trabalho” e de “valorização dos trabalhadores da educação” se tornaram letra-morta diante do desmonte da escola pública e das péssimas condições de ensino e aprendizagem. Os “amigos da escola”, o “bolsa família”, a “escola da família”, o “jovem empreendedor” e outras formas de assistencialismo para ludibriar uma parcela da população não puderam conter os altos índices de evasão e repetência e os baixos níveis de aprendizagem. O fato real é que os alunos entram e saem das escolas sem conseguir aprender. A indisciplina é generalizada. Os professores não conseguem ensinar. O que se ensina pouco tem a ver com as necessidades dos alunos. A escola se tornou cada vez mais enfadonha e o ensino um martírio para os estudantes e professores.

2. No estado de São Paulo, a aplicação da LDB e do Fundeb permitiu a expansão da municipalização do ensino fundamental, sob condições aviltantes. Na maioria dos municípios, os salários foram rebaixados e direitos retirados. A quase universalização alcançada nas matrículas de 1ª série não elimina os problemas de evasão, mesmo nas séries iniciais. O estado se desresponsabilizou pela educação infantil. Os municípios têm 337.274 alunos (nessa modalidade) e o estado, 1.834. De 5.082.420 alunos no nível fundamental, 2.127.994 estão municipalizados e 2.954.426 ainda permanecem na rede estadual. Esses dados mostram que a municipalização quase alcançou 50% das matrículas. O governo Serra reforça a municipalização para cumprir as metas da reforma educacional. O custo-aluno (Fundeb até 2006) anual, no estado mais rico da federação, atingiu R\$ 1.762,00, que divididos em 12 meses alcançou a miséria de R\$ 146,00 mensais e R\$ 4,80 por dia. Mais ainda: boa parte do dinheiro do Fundeb foi parar nas mãos dos politíqueiros corruptos. Manteve-se a média nacional de 3% do PIB à educação. As conseqüências da municipalização (“descentrali-

zação”) foram as piores possíveis: fechamento de escolas e/ou salas estaduais, salas superlotadas, desemprego de milhares de professores, perda do valor de compra dos salários (arrocho), contratos sem vínculo empregatício (eventual), imposição das frentes de trabalho no lugar de funcionários e maior intervenção do estado nas escolas. Mas tudo revestido da máscara do ensino mais “modernizante”, que substituía as velhas aulas expositivas pelos “projetos”, “oficinas”, “escola aberta” etc. A realidade mostrou que a municipalização e o Fundeb vieram para reduzir a obrigatoriedade do estado no sustento da educação pública.

3. Após o prazo de vigência do Fundeb, o governo Lula criou o Fundeb, mantendo o critério de custo-aluno anual e os mesmos recursos à educação. Fez proselitismo de que o Fundeb atinge toda a educação básica e que se instituiu o piso nacional para os professores. Mas escondeu que: a) a inclusão da educação básica se fará de forma gradativa – as matrículas da creche, pré-escola, ensino médio e Eja serão incluídas progressivamente em 4 anos; b) a complementação de recursos aos estados e municípios por parte do governo federal também será gradual durante os 4 primeiros anos – 2 bilhões, 2,8 bilhões, 3,7 bilhões e 4,8 bilhões respectivamente; c) que o piso nacional dos professores é de R\$ 850,00, a ser atingido de forma gradual; d) que a municipalização deve continuar e que a reforma educacional, de conjunto, tem de prosseguir. O que significa avançar a privatização, prioritariamente, no educação superior.

4. No estado de São Paulo, o Fundeb trará redução no valor do custo-aluno. Se, em 2006, o valor-aluno estava em R\$ 1.762,55, no primeiro ano do Fundeb será R\$ 1.685,32 e no quarto ano R\$ 1.546,12. O ensino médio, que era de R\$ 1.885,93, passará a R\$ 1.623,43. O governo aplicava no Eja R\$ 1.348,25 e aplicará R\$ 1.236,90. Há um aumento de matrículas (toda educação básica) e uma redução do custo-aluno. A redução que aparentemente é insignificante, na verdade mostra que não há aumento de investimento. O que há é a partilha da miséria. O piso dos professores permanece o mesmo, haja vista os 12 anos de arrocho salarial. Defender que o Fundeb trará melhorias é acobertar o desmonte da escola pública e a política de saque de recursos por meio da retirada de 20% (DRU) da educação para a composição do superávit fiscal, sem dizer de toda a corrupção que envolve o orçamento do estado.

5. A Corrente Proletária na educação tem denunciado de conjunto a reforma da educação, onde o Fundeb é apenas uma peça. Isso porque sua essência é a diminuição dos gastos do Estado com a educação e a ampliação do ensino mercantilizado. E defendido as reivindicações que unificam os trabalhadores da educação e os estudantes.

Serra impõe a reforma da previdência

A ajuda da burocracia e dos centristas

Desde o Massas nº 338, o POR vem denunciando a reforma da previdência no estado de São Paulo e a ação das burocracias sindicais do funcionalismo (majoritariamente compostas de membros da Articulação / PT), bem como dos centristas, do PSOL / PSTU. Na primeira assembléia, em 25/04, que aglutinou cerca de 20 mil manifestantes, o POR defendeu a rejeição do projeto da SPPREV e a necessidade da greve. Porém, desta data até a assembléia de 15/06, pesaram as confusões criadas pelo governo e pelos burocratas, impedindo que os servidores se unificassem verdadeiramente (com assembléias e outras conjuntas, reivindicações gerais etc.) e se colocassem pela ação grevista.

No caso específico dos professores, uma parcela significativa tomou as ruas, aprovou a retirada do projeto, mas não deflagrou a greve que poderia potencializar o movimento. Moral da história: Serra conseguiu aprovar o PLC nº 30, que cria a São Paulo Previdência (SPPREV) e mexer com as pensões (PLC nº 31), em 28/05. A reforma da previdência ficou garantida pela Lei Complementar nº 1010 de 01/06.

A ala majoritária da diretoria (Articulação e ArtNova do PT e Corrente Sindical Classista do PC do B) diziam ser contra o projeto em palavras, mas queriam mesmo é negociar maior participação na gestão da SPPREV. De outro lado, os centristas recusaram-se a compor uma frente com as demais correntes de oposição, defendendo o método da ação direta, preferiram postergar cada vez mais as assembléias, o que levou ao desmonte do movimento.

Como ficou a lei que reforma a previdência?

Após nove versões, a Lei Complementar 1010 aprovada pouco altera o que constava nas primeiras versões. O governo manteve o que era essencial e deu um passo atrás em migalhas e no que interessava à burocracia. Vejamos:

1) Os servidores temporários (maioria de professores), que foram contratados até a publicação da lei (02/06) serão integrados a SPPREV porque Serra não queria jogá-los para o INSS e, com isso, repassar cerca de R\$ 15 bilhões para o governo federal. Os que foram contratados depois ou

não têm aulas atribuídas (milhares de professores eventuais) já foram jogados para o Regime Geral da Previdência Social (INSS). O governo veio com a conversa mole de que os professores contratados (OFA's) não mais serão desligados da rede, mesmo se não tiverem aulas atribuídas, para não perderem o vínculo com a SPPREV. Como se dará isso? O governo não respondeu e nem responderá, pois a resposta não está nessa lei, mas em outras medidas: avaliação de desempenho, reforma do ensino médio e fechamento de mais salas de aula em 2008, que gerarão desemprego. Ou seja, ele não precisa resolver este problema agora.

2) A contribuição dos servidores para a previdência não está mencionada na lei. Atualmente, está em 11%, mas, como visto, poderá ser alterada para mais por meio de lei complementar. O governo, aliás, se recusou a qualquer emenda dos reformistas no sentido de assegurar na lei que não houvesse nenhum aumento na atual alíquota;

3) A contribuição do Estado sim está limitada. Na lei consta como sendo o dobro da contribuição do servidor ativo. O que isso significa? Significa que, seguindo as normas federais, mais especificamente a Lei 9.717/98, o Estado não pode gastar mais do que 12% da receita corrente líquida (mais do que arrecada em impostos) com a previdência. Além disso, o regime próprio de previdência dos servidores deve buscar o equilíbrio financeiro e atuarial, em que as despesas não poderão ser maiores do que as receitas. Se forem maiores será preciso buscar cobrir o déficit. Como este será coberto, como será conseguido o "reequilíbrio" das contas? Só há um jeito: confiscar mais do salário dos servidores, isto é, aumentar suas alíquotas de contribuição;

4) A possibilidade de déficit já está dada na SPPREV, pois o governo não quitou sua dívida com o IPESP (deve mais de 100 bilhões de reais) e a lei diz que qualquer dívida existente poderá ser paga pelo Estado em 10 anos e qualquer dinheiro que ele der para "a cobertura de insuficiências" será descontado de suas dívidas;

5) A contribuição estatal ainda se dará por meio da "dedução" (leia-se do roubo) de recursos repassados às entidades, órgãos ou Poderes, aos quais pertençam os aposentados ou pensionistas. Ou seja, estes deverão bancar tal contribuição com suas verbas.

6) Serra fogueou a burocracia com o aumento de sua participação na SPPREV, mas também não em todas as suas instâncias. No Conselho de Administração, sete dos quatorze membros pertencerão aos servidores ao custo de cerca de R\$ 1.900,00 cada, para se reunirem uma vez por mês. No Conselho Fiscal de seis membros, três serão de indicação dos servidores, também ao mesmo custo cada. Na Diretoria Executiva, o governo escolhe os membros que ganharão quase R\$ 10.000,00.

Serra e Lula estão de mãos dadas na Reforma da Previdência

Na verdade, o objetivo da reforma da previdência em São Paulo é o mesmo que o da reforma da previdência do governo Lula: reduzir os gastos do Estado, a médio prazo criar o fundo complementar privado e, logo em seguida, privatizar totalmente a previdência. Ao aumentar a contribuição dos servidores e a idade para a aposentadoria, os governos pretendem impeli-los a "optarem" pelos fundos complementares e a privatização. Trata-se da velha tática do Estado burguês de sucatear / precarizar os serviços para que os "beneficiários" não tenham escolha senão optar pela administração capitalista.

Diante da Reforma da Previdência o proletariado e demais trabalhadores explorados têm de defender o SISTEMA ÚNICO DE PREVIDÊNCIA, ESTATAL E SOB O CONTROLE DOS TRABALHADORES.

CONTRA QUALQUER REFORMA DA PREVIDÊNCIA: UNIDADE DOS SERVIDORES

Como defendemos no bojo da luta contra a SPPREV, somente a unidade do funcionalismo público poderá colocar abaixo as reformas da previdência (estadual e federal), que tiram direitos e penalizam ainda mais os servidores. Para que esta unidade seja alcançada será necessário, no entanto, que os funcionários públicos superem suas direções burocráticas que fragmentam a luta, e investem no corporativismo e dispersão dos trabalhadores.

Mais uma vez fica demonstrado a necessidade de construirmos a fração revolucionária no seio dos sindicatos. Defender que a Apeoesp e a CUT rompam com o governo Lula.

Encontro da Corrente Proletária na Educação

Este texto foi discutido coletivamente no último encontro da Corrente Proletária e distribuído na Plenária Nacional de Estudantes em luta, realizado na USP

1. As greves e ocupações nas universidades públicas ganharam dimensão nacional. A ocupação da Reitoria da USP, que surgiu quase que espontaneamente em função do não comparecimento da reitora a uma reunião agendada pelos estudantes, desafiou as medidas repressivas de Serra e as ordens judiciais de reintegração de posse. Não bastando a truculência do governo, a Reitora usou a parcela de professores reacionários para promover a manifestação contra a ocupação. A pretensão de chamar a atenção das camadas médias da população de que se tratava de um ato pacífico, democrático e de defesa da “autonomia” da universidade não passou de um fiasco. Os recursos usados para convocar estudantes, professores e funcionários fura-greve, e foram muitos, não tiveram o resultado esperado. O ato pró-governo e pró-reitora mal conseguiu dar a volta em torno do obelisco. Acertadamente, a assembléia dos ocupantes aprovou um outro ato no mesmo horário, que fez os burocratas acadêmicos se acovardarem e se limitarem ao “abraço” em volta do obelisco. O importante é verificar como a cúpula acadêmica anti-greve é usada para reforçar a imposição dos decretos de Serra. Compreender o conteúdo dos decretos é fundamental na luta contra a reforma universitária, que tem como essência a mercantilização do ensino.

2. No dia de sua posse, Serra criou um decreto com o objetivo de ampliar a intervenção estatal sobre as universidades públicas. Trata-se do decreto 51.461 (1/1/2007). Por meio dele, criou a Secretaria de Ensino Superior, cuja função é expandir as “pesquisas operacionais” e “avaliar o desempenho econômico de implementação de políticas governamentais” para as universidades. A retirada desta expressão pelo decreto declaratório não impede sua realização pelas burocracias, sob a batuta da nova Secretaria. O governo pretende ampliar as pesquisas que sejam direcionadas para os interesses dos capitalistas. Com isso, os projetos acadêmicos de pesquisas devem estar submetidos à linha ditada pela Secretaria do Ensino Superior. O ensino nas universidades públicas tem de ser tutelado e orientado em função das exigências do mercado. Ensino e pesquisa voltados para os interesses empresariais. Para dirigir a Secretaria do Ensino Superior, nomeou o ex-secretário da educação, Aristodemo Pinotti, um dos responsáveis pela implementação da reforma da educação do Banco Mundial. A burocracia acadêmica estremeceu com o decreto de Serra, porque retirava das mãos do Conselho de Reitores (Cruesp) o poder de decidir a dosagem de mercantilização do ensino nas universidades. O descontentamento da burocracia acadêmica resultou em alguns reparos nas atribuições de Pinotti, que não modificam o conteúdo do decreto, que é o de aumentar o intervencionismo estatal.

3. Um dia depois, Serra fez publicar outro decreto, 51.471 (2/1/2007), que proibia a contratação ou admissão de funcionários públicos, inclusive de professores e funcionários para as universidades. A única ressalva era a contratação de

professores para a educação básica nas escolas com o quadro docente incompleto. Esse decreto retira das mãos da burocracia acadêmica o poder de contratar professores e funcionários. A não contratação pressiona para que se busque fazê-lo através de fundações e outros mecanismos privados. Atendendo à Lei de Responsabilidade Fiscal, se cortam gastos com Educação e se incentiva a dependência e controle privado sobre ensino e pesquisa. As reclamações de quebra de “autonomia” fizeram o governo apresentar um decreto “declaratório” comprometendo-se deixar nas mãos da cúpula dirigente das universidades o plano de contratos. Justificou que o decreto não cabia à Fapesp e nem às universidades. Trata-se de um recuo tático sem eliminar o organismo controlador, que é a Secretaria de Ensino Superior, uma burocracia estatal externa às universidades.

4. No mês seguinte, impôs o decreto 51.473 (2/2/2007), que obriga as universidades “reavaliarem as licitações em curso” e se limitarem ao orçamento. Portanto, impede que as universidades adquiram materiais de pesquisa, comprem objetos necessários e outras necessidades que envolvam recursos. Tudo passa a ser centralizado por meio da Secretaria da Fazenda. O decreto imposto às universidades já existe para o ensino básico. As escolas recebem minguada verba e a lista do que é permitido comprar. Os diretores e o Conselho de Escola só têm a incumbência de adquirir o que o governo estipula e no prazo também fixado. A isso foi chamado de “autonomia das escolas” ou “descentralização”. Na verdade, o governo engessou as unidades escolares e criou uma rede de fornecedores privados que se beneficiam do decreto governamental. A burocracia acadêmica das universidades, que sempre posou de defensora da autonomia financeira para gerir o ensino, se viu lesada e, por isso, pediu covardemente que Serra lhe devolvesse as atribuições anteriores. Apesar de não haver contradição entre o governo e os interesses da burocracia universitária reacionária, não pôde atender ao pedido. O governador está a serviço de uma política educacional mais ampla, materializada na reforma educacional que vem se implantando desde 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

5. No mês de março, mais dois decretos, 51.636 (9/3) e 51.660 (14/3). O primeiro exige que a execução do orçamento das universidades seja feita em “tempo real” no Sistema eletrônico do governo – Siafem. Essa medida é para disciplinar a aplicação do orçamento, que passa a ser monitorado pelo Siafem. A burocracia acadêmica ficou magoada com a impossibilidade de remanejamento dos recursos. Para amenizar o descontentamento, Serra, por meio do ato “declaratório”, disse que não impedirá os remanejamentos de recursos e que a execução orçamentária obedecerá o princípio da “autonomia”, contido na Constituição. O segundo decreto cria a Comissão de Política Salarial, diretamente ligada ao governo e que “fixará diretrizes” que devem ser cumpridas. Acaba, assim, com as negociações salariais entre

reitores e sindicatos. A chiadeira cresceu no meio acadêmico. E Serra voltou a enfatizar que a Comissão de Política Salarial não interferirá na “autonomia” universitária. O fato é que não extinguiu a tal comissão, que é o próprio governo. As questões salariais e de carreira têm provocado manifestações dos docentes e funcionários, em função do violento arrocho e das condições precárias de trabalho e ensino. O “declatório” de Serra não veio porque a burocracia universitária, comandada pelo Cruesp, reclamou. Mas sim porque a reitoria da USP estava ocupada e o movimento grevista se expandiu para o conjunto das universidades do estado (UNESP, Unicamp) e outros estados pelo país. O reitores que condenaram a ocupação querem se aproveitar do movimento estudantil, docente e funcionários para reconquistar parte de seus poderes, que vinham sendo retirados desde janeiro.

6. Como se vê, os decretos visam a ampliar o poder de centralização do governo sobre as universidades. O pouco de autonomia da burocracia universitária, um privilégio da casta dirigente das universidades públicas, está sendo golpeado pelas medidas cerceadoras de Serra. Nos 12 anos de governo do PSDB em São Paulo, a educação vem sofrendo as conseqüências da implantação de medidas exigidas pelo Banco Mundial. Primeiro foi a vez da “reorganização” das escolas públicas para a imposição da municipalização (1995). A imposição de um Plano de Carreira para cortar conquistas dos trabalhadores da educação (1997). Depois, a obrigatoriedade dos prefeitos assumirem a responsabilidade para com o ensino fundamental (Fundef – 1998). Dois anos depois, a reformulação dos currículos para eliminação ou corte de carga horária de disciplinas (duramente resistida pela greve de 2000). Em 2005, lançou o PLC26 para demitir os contratados pela lei 500 (bloqueado pela greve). Ao mesmo tempo, impôs a Reforma da Previdência e, agora, aprovou o SP-PREV com o objetivo de elevar as contribuições e reduzir as aposentadorias dos funcionários concursados. São golpes e mais golpes sobre os funcionários e professores da educação básica. O que Serra faz com as universidades nada mais é do que a continuidade dos decretos que o PSDB criou contra o ensino público. Os decretos controladores das universidades são parte de um conjunto de ações abrangentes a todos os níveis de ensino. O objetivo é aumentar a centralização do Estado sobre a educação e as escolas e reduzir a responsabilidade de sustento do ensino gratuito. Ao contrário do discurso, essas medidas não descentralizam a educação, mas aumentam o controle governamental, portanto a centralização.

7. Na realidade, os decretos vêm no sentido de cortar recursos da educação. Colocar a universidade para atender ainda mais os interesses capitalistas. Expandir o ensino à distância, mais barato, com maior amplitude de vagas sem estrutura nem contratação e de curta duração. A USP, com a sua “Escola do Futuro”, constitui uma plataforma para destruir o ensino presencial. A suposta autonomia foi desmascarada. O que existia era maior controle da burocracia acadêmica sobre o orçamento das universidades e o gerenciamento autoritário do ensino. Os remendos de Serra aos 5 decretos não modificam a essência da política governamen-

tal, que é a maior ingerência do Estado sobre as universidades. Por eles, o ensino à distância será aplicado de acordo com o ritmo pretendido pelos burocratas, e as fundações serão fortalecidas em acordo com as cúpulas da administração universitária. Não passam de armadilhas para dividir o movimento e suspender a ocupação da Reitoria. A reivindicação de autonomia universitária não diz respeito às exigências da burocracia acadêmica. Mas possibilitou trazer à tona a bandeira da autonomia, que implica defender o co-governo tripartite de docentes, funcionários e estudantes. Portanto, nada tem a ver com a burocracia que dirige as universidades. A verdadeira autonomia implica soberania das assembleias universitárias e um governo tripartite submetido a elas. Esta só poderá ser alcançada no choque de classes, o que significa a luta para independizar as universidades dos governos, da burguesia e da burocracia acadêmica. O movimento de ocupação exigiu a revogação dos decretos como defesa da autonomia universitária. O fato de não denunciar a autonomia burocrática obscureceu o sentido estratégico da luta. Pareceu, para as direções da Adusp, Sintusp e DCE, em determinadas situações, que setores da burocracia poderiam ser aliados. Na luta pela autonomia universitária, é fundamental que o movimento se diferencie completamente do palavreado democrático da burocracia e se contraponha às suas manobras favoráveis ao intervencionismo estatal. A ocupação e a expansão da luta não alcançou força capaz de expulsar a burocracia e derrotar o intervencionismo de Serra. Essa tarefa dependia de uma aliança com a classe operária, que ainda se mantém retraída. No entanto, não se deve considerar apenas a relação de forças do movimento, mas também a clareza das posições programáticas e das tarefas. O importante é que o método da ocupação e resistência grevista assinalaram a necessidade do programa proletário para a educação e da tarefa de conquistar a autonomia universitária. A debilidade do movimento se deveu ao fato de não ter em sua direção o partido da revolução proletária, mas sim uma direção pequeno-burguesa. A sua fortaleza se deveu ao fato dos estudantes ocuparem as reitorias, ultrapassarem as direções (do DCE e da “oposição” PSTU e PSol), manterem a ocupação desconhecendo a liminar de reintegração e obrigarem parte dos funcionários e professores a aderirem ao movimento.

8. A mobilização pela autonomia universitária coloca os que estudam e trabalham contra a burocracia, o governo e a burguesia, ajudando a aproximá-los dos assalariados. Qualquer política que suponha a preservação da burocracia universitária é um obstáculo para a realização da real autonomia universitária, e um desvio da mobilização para o campo da conciliação/submissão. Por isso é que a bandeira da estatuinte tem um caráter distracionista, ao colocar a questão da autonomia no marco da legalidade e controle da casta mandatária na universidade. A burocracia universitária é um instrumento ditatorial da minoria exploradora para impor sua vontade no interior da universidade. Havendo burocracia e seus organismos, não pode haver democracia nem real autonomia. Ao contrário, a assembleia geral universitária soberana, que organiza estudantes, funcionários e professores sob o método da luta de classes, proletário, é ao

mesmo tempo instrumento de mobilização, organização e politização, e também é o embrião do poder autônomo dos que estudam e trabalham em relação aos governos e a classe dominante. É a assembléia geral universitária que impulsiona a mobilização ao ponto de, num patamar elevado da luta, destruir a burocracia universitária e seus organismos e impor o governo tripartite. O programa proletário na universidade parte da necessidade de destruir a universidade de classe burguesa, elitista, e colocá-la nas mãos dos assalariados, para que a transformem profundamente. A defesa da real autonomia universitária tem esse papel tático de mobilizar os que estudam e trabalham em torno da luta pelo fim de toda intervenção da classe dominante sobre a universidade. Enquanto a

burguesia estiver no poder, atuará para impor e preservar seu controle da educação em geral e da universidade em particular. A luta pela real autonomia universitária se liga à luta pela destruição revolucionária do capitalismo. Por mais que se mobilizem os que estudam e trabalham, só conseguirão conquistar a real autonomia em relação à burguesia e seu governo enquanto durar a mobilização. Logo que o movimento reflua, a burguesia e seus governos agem para retomar o controle e manipular a universidade através da burocracia universitária. Está aí a necessidade de ligar a luta de estudantes e trabalhadores da educação à luta do proletariado pela derrota definitiva da burguesia pela revolução socialista, proletária.

Avaliação do XIII ERECS (Encontro Regional dos Estudantes de Ciências Sociais)

De 29 de Abril a 1º de Maio ocorreu o XIII ERECS em Fortaleza/CE. O encontro contou com participação de correntes como PSTU e Articulação de Esquerda(PT). Além dessas correntes, estavam presentes estudantes da CONLUTE (PSTU e independentes). O POR/Corrente Proletária Estudantil atuou durante todo encontro.

A CONLUTE esteve todo instante chamando o rompimento com a UNE (União Nacional dos Estudantes). Como avaliamos, o PSTU com sua política divisionista, não avalia a realidade posta e mais uma vez fez com que o movimento tomasse uma postura reacionária, já que durante a discussão os estudantes confusos acabaram por votar em não reconhecer nem uma nem outra entidade como representativa, ficando assim desfilado de uma organização nacional. Essa responsabilidade é exclusiva do PSTU que os estudantes não tinham essa discussão aprofundada nas bases e assim tomariam posição despolitizada.

O POR atuou com um manifesto chamando os estudantes a combater as direções conciliadoras do movimento, e contra a divisão proposta pelo PSTU.

Já a articulação de esquerda atuou em prol da defesa do governo e reforma universitária. Apesar de não ter defendido abertamente, ficou claro quando ao ser votado contra reforma

e contra o Governo, os militantes dessa corrente se retiraram da plenária.

Pontos positivos do XIII ERECS: foram aprovadas as propostas contra a reforma universitária, nem um apoio ao governo Lula, passe livre para estudantes e funcionários, dentre outras, como retirada das tropas americanas do Iraque do Haiti etc.

O que mostra a experiência

A tarefa colocada para os estudantes e a vanguarda militante é a de lutar pela independência política e organizativa da UNE frente ao governo, aos partidos da burguesia e ao Estado. A divisão da UNE e formação de uma nova organização nacional dos estudantes, como pretende o PSTU com a Conlute, não golpeará a política do estalinismo (PCdoB) e do reformismo (PT). Ao contrário, a bandeira correta do movimento deve ser: que a UNE rompa com o governo. Construir uma direção revolucionária para a UNE. Por um congresso extraordinário democrático e de base para expulsar a atual direção burocrática e governista, aprovar um programa de luta e construir uma nova direção.

Londrina PR

Repressão ao movimento estudantil e fascistização

Após o fracasso da audiência pública em que a reitoria tentaria legitimar o seu plano de segurança – na verdade um plano para controlar os movimentos e as pessoas –, a reitoria da UEL está mostrando a sua verdadeira intenção: forçará aprovação do plano no Conselho de Administração e reage com medidas repressivas contra o movimento estudantil.

Na reunião do Conselho de Administração, a reitoria apresentou fotos dos

manifestantes na audiência de 30 de maio e ainda anuncia que vão identificar estes estudantes pelos registros acadêmicos para reprimi-los. A segurança interna fotografa ostensivamente os estudantes que se aproximam da reitoria e pede sua identificação, como se fossem suspeitos de algum crime. O Reitor foi à imprensa declarar que os protestos são motivados pelos traficantes, criminalizando os estudantes a quem acusa de serem “repetentes” ou manipulados pela

“extrema-esquerda”.

O discurso “duro” do Reitor tem ressonância entre os setores da oligarquia local – sociedade rural, associação comercial, maçonaria e outros – perante os quais ele quer se qualificar para disputar a prefeitura da cidade. A tranquilidade com que defende abertamente medidas repressivas é um sinal inequívoco de uma tendência a fascistização que se observa no resto do país.

Rio Grande do Norte

“Abraço ao rio Potengi” revela contradições e limites

O Centro Acadêmico de Ecologia (CAE) e o DCE da UFRN organizaram um protesto na ponte de Igapó, Zona Norte de Natal, intitulado “Abraço ao Rio Potengi”. O objetivo era chamar a atenção para a destruição do Rio Potengi e as decisões do Plano Diretor de Natal que permite construir prédios na Zona Norte que não têm infraestrutura sanitária. Deste modo, o ato de protesto reivindicava saneamento básico para a Zona Norte.

Não se pode deixar a cargo das empreiteiras o saneamento básico como condição para a construção de prédios. Porque isto encarecerá mais ainda as moradias, não atendendo assim aos trabalhadores e pequena-burguesia empobrecida, moradores da região. Além disso, o IPTU e o custo de vida da redondeza subirá, expulsando a população pobre do local. Isto já ocorre em Natal no bairro de Areia Preta. O saneamento básico deve ser feito pela Prefeitura da cidade. Esta era a reivindicação do movimento.

O CAE aproveitou a Semana do Meio Ambiente e conseguiu mobilizar cerca de 100 estudantes para o ato. Dois mil panfletos foram distribuídos.

Ocorre que a luta pelo “Sim à Natureza, abaixo o plano diretor”, como levantada pela manifestação, foi colocada no plano institucional e eleitoral.

O panfleto trazia o nome e o partido dos vereadores que votaram a favor do Plano Diretor pró-empresaria e conclamava a população a não elegê-los. Os vereadores que foram contra não tinham seu nome no panfleto. Mas no caso de Natal, vereadores como Fernando Lucena e Junior Rodoviário, ambos do PT, burocratas sindicais, corruptos e o último até gangsteril, seriam os exemplos de vereadores que o movimento tinha para oferecer.

Boicote do PSTU

Os estudantes do PSTU não apareceram nem nas reuniões de organização do ato nem na manifestação.

Para tentar manter a coerência de sua política, como eles não reconhecem a direção atual do DCE, os estudantes do PSTU não participam de nenhuma atividade organizada por eles. Resultado: estão ausentes de todo (ou pouco) movimento que

ocorre na UFRN.

Os estudantes do PSTU não reconhecem a direção atual do DCE devido à acusação de fraude nas eleições. Como eles só se manifestaram após a apuração de grande parte das urnas, quando viram que não tinham chances de vencer, o remendo saiu pior que o soneto. Esta é uma política oportunista.

A Corrente Proletária interveio em defesa da natureza

A Corrente Proletária (POR) esteve presente no ato e interveio denunciando o capitalismo que não respeita os limites naturais do planeta, pois só pensa no lucro imediato, na reprodução do capital a qualquer custo e afirmando a incompatibilidade do crescimento capitalista com a preservação da natureza. Neste sentido, apontava para a necessidade dos estudantes se organizarem no Partido Operário Revolucionário com o objetivo de destruição do capitalismo e construção do poder operário-camponês.

72º Aniversário do P.O.R. Junho 1935 – junho 2007.

Partido de revolucionários profissionais

Patricio

Na história boliviana, o chamado Partido Operário Revolucionário (POR, fundado em junho de 1935) é a única organização política que nasceu e vem se desenvolvendo por meio do objetivo de converter-se em PARTIDO DE REVOLUCIONÁRIOS PROFISSIONAIS, a fim de consolidar-se como marxista-trotskyista. Até agora conheceu várias crises e ainda não se consolidou como tal.

O bolchevismo foi o que que estruturou um partido que obteve projeção internacional, ao redor dos seguintes pilares:

- 1) Altamente centralizado, isto é, uma só direção nacional e uma só linha política para o exterior do Partido.
- 2) São militantes unicamente os que estão de acordo com seu Programa e Estatutos, que cotizam normalmente e pertencem a uma de suas células.
- 3) Organizado dentro das normas do centralismo democrático, isto é, da mais ampla democracia interna (direito à divergência e à formação de frações) com vista a devida preparação da ação unitária para o exterior, tudo dentro do marco do Programa e dos Estatutos do Partido.
- 4) Conformado por militantes profissionais, que são aqueles que foram educados e treinados para dedicar sua vida integralmente, suas atitudes, à causa revolucionária, à luta pela sociedade comunista, isso tanto no plano político, organizativo, agitativo, propagandístico e teórico.

Não há que esquecer que a autocrítica atua como um recurso valioso no trabalho organizativo que permite ao militante porista descobrir as raízes dos erros que comete, a fim de superá-los radi-

calmente em seu caminho.

Na história boliviana unicamente o Partido Operário Revolucionário se empenhou, é certo que com alguns fracassos, em levar à prática os princípios do bolchevismo. Sua obrigação de hoje e de amanhã é persistir, autocrítica e obstinadamente nesse trabalho, juntamente com a constante superação de seu programa, de seus estatutos, de sua teoria marxleninista-trotskyista.

Seria um desvio grandioso esperar que o Partido Operário Revolucionário agrupe em seu seio a maioria da classe operária e das massas exploradas e oprimidas. A experiência vivida, a teoria e o exemplo mundial e nacional ensinam que O PARTIDO MARXLENINISTA-TROTSKYISTA É A ORGANIZAÇÃO DA VANGUARDA DOS ASSALARIADOS E DOS ELEMENTOS EXCEPCIONAIS, por sua inteligência e coragem, DOS OUTROS SETORES SOCIAIS QUE ENCARNAM A DOCTRINA MARXISTA.

Voltemos a assinalar que este PARTIDO REVOLUCIONÁRIO MINORITARIO É FORMADO E TREINADO PARA DIRIGIR O GROSSO DAS MASSAS PARA A REVOLUÇÃO SOCIAL, QUE SEPULTARÁ O CAPITALISMO PUTREFATO E INICIARÁ A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE COMUNISTA.

A militância deste PARTIDO POLÍTICO excepcional tem de ser forjada na caldeira do marxleninismo-trotskyista e da história das revoluções mundial e boliviana.

OBRIGATORIAMENTE TEM DE ATUALIZAR E SUPERAR A TEORIA MARXISTA, NÃO CESSAR A CRIAÇÃO TEÓRICA.

Metalúrgicos - ABC: Campanha salarial

Assembléia geral dos metalúrgicos do ABC para unificar a luta e defender as reivindicações por meio da ação direta

No dia 02 de junho, a Federação Estadual dos Metalúrgicos (FEM-CUT) realizou uma plenária na sede do sindicato dos metalúrgicos do ABC para definir a pauta de reivindicação da campanha salarial deste ano. A campanha salarial envolve 14 sindicatos do estado de São Paulo (Araraquara e região, Itu e região, Taubaté, Jaguariúna, Pindamonhangaba, ABC). Estarão em discussão as reivindicações de 250 mil metalúrgicos.

Na plenária foram apresentadas duas propostas de pauta para a campanha salarial:

A proposta da Federação (articulação/PT) e a da Corrente Proletária dos Metalúrgicos (Partido Operário Revolucionário). Existiam cerca de 150 pessoas na plenária. A maioria delas membros de comissões de fábrica e diretores do sindicato ligados à burocracia sindical (Articulação/PT). Trabalhadores da base mesmo deviam existir poucos ou nenhum. Isso permitiu que a Federação aprovasse a pauta antes por eles negociada. A pauta aprovada pela direção dos sindicatos não atende os interesses dos trabalhadores e tem como objetivo apenas evitar que os trabalhadores lutem e imponham suas reivindicações aos patrões por meio da ação direta.

Vejam porque dizemos isso:

1.A direção dos sindicatos não definiu um índice a ser reivindicado dos patrões. Aprovou apenas reposição da inflação mais aumento real. Isso tem acontecido todos os anos. Para evitar qualquer conflito com os patrões, a direção do sindicato vai para a mesa de negociação sem uma proposta de reajuste a ser reivindicado dos patrões. Durante as negociações, como não levaram proposta a ser reivindicada, ficam implorando aos patrões para que concedam algumas migalhas para que eles possam apresentar aos trabalhadores

como uma grande vitória, que na verdade não existe.

2.Não defenderam uma pauta única de reivindicação. Mantêm os metalúrgicos divididos em grupos: Montadoras, Autopeças, Fundição, grupo 9, 10 etc. Ou seja, cada grupo irá negociar separadamente com os patrões. Impedindo assim que os trabalhadores lutem de forma unificada, coletiva.

3.A Federação defendeu R\$ 1.047,00 como piso salarial para os metalúrgicos, salário esse que não atende as necessidades dos trabalhadores e suas famílias.

4.Defenderam a redução da jornada para 40 horas, que não resolve o problema do desemprego.

A única cláusula que tivemos acordo na pauta da Federação foi em relação à manutenção das cláusulas sociais, que é uma conquista e temos de lutar para manter a estabilidade no emprego aos trabalhadores que adquiriram doenças profissionais ou acidente de trabalho.

Em relação às cláusulas econômicas a Corrente Proletária dos Metalúrgicos (POR), defendeu a seguinte proposta:

1. Piso salarial de R\$ 2.500,00 (que significa defender um salário mínimo vital que atenda as necessidades dos trabalhadores e suas famílias).

2. Reajuste salarial de 10 % (inflação + aumento real) para quem ganha mais de R\$ 2.500,00 proposto.

3. Nenhuma demissão. Estabilidade no emprego para todos os metalúrgicos. Unidade de empregados e desempregados em defesa da escala móvel das horas de trabalho – divisão das horas necessárias para produzir entre todos os trabalhadores, sem redução nos salários.

4. Fim da divisão dos metalúrgicos em grupos. Pauta única de reivindicação para todos os metalúrgicos.

5. Assembléia geral de todos os metalúrgicos do ABC para unificar a luta e defender as reivindicações por meio da ação direta – greves, ocupações de fábricas, bloqueio de estrada etc.

Mesmo conseguindo aumento real de 2% nas últimas campanhas salariais, a renda dos trabalhadores caiu

Dados do próprio Dieese/IBGE mostram que, mesmo os metalúrgicos tendo conseguido nas últimas campanhas salariais o reajuste da inflação mais 1 ou 2% de aumento real, no geral, a renda dos trabalhadores caiu. Caiu por duas razões: A primeira é que o custo de vida, produtos como água, luz, telefone, saúde, alimentação etc, aumentou acima da inflação. Segundo: a rotatividade de trabalhadores nas fábricas tem causado uma queda na renda de até 50%. Com a rotatividade as fábricas, estão demitindo trabalhadores que ganham R\$ 1.200,00 reais e contratando outros temporários, por seis meses, pagando R\$ 600,00. O acordo feito pela direção do sindicato no ano passado, por exemplo, permite à Volks demitir 3600 trabalhadores e contratar outros ganhando R\$ 1.030,00. Está aí porque a renda dos trabalhadores está caindo e o desemprego aumentando. Enquanto isso, os dirigentes sindicais pelegos que apóiam o governo e os patrões ficam mentindo, dizendo que a economia cresceu, que as vendas de carro aumentaram e que por isso as coisas melhoraram e estão mais fáceis para os trabalhadores. Tudo conversa fiada. A produção de carros aumentou, as vendas aumentaram e os capitalistas estão lucrando cada vez mais. O que não melhorou foi a vida dos trabalhadores, que continuam sendo demitidos e ganhando cada vez menos.

Essa é a realidade. Precisamos combater o desemprego, a queda na renda e o piso salarial de fome de R\$ 1047,00.

Defender o piso de R\$ 2.500,00 (salário mínimo vital)

A queda na renda e os salários miseráveis pagos pelos patrões demonstram que os trabalhadores precisam tomar em

suas mãos os cálculos sobre o salário de que necessitam para sobreviver. Esse é um importante aspecto do salário míni-

mo vital: ele deve ser calculado e aprovado pelas assembleias de base. As assembleias deverão eleger um coman-

do de negociação que terá a tarefa de fazer estudos, independentes dos interesses dos patrões, do valor do piso necessário para garantir a sobrevivência do trabalhador e sua família. Submeter a proposta a uma nova assembléia e acompanhar as negociações não dando nenhuma trégua às direções sindicais pelegas que não definem propostas de reivindicações, dividem os trabalhadores e apostam na conciliação de classes. Esse é o método para se estabelecer e defender o salário mínimo vital.

O Dieese defende um salário mínimo de R\$ 1.562,00, mas com esse valor um trabalhador não pode atender a necessidade de um trabalhador e sua família. Os cálculos do Dieese estão defasados porque são feitos da seguinte maneira:

1. Multiplica-se o custo da cesta básica nacional por três (família de 2 adultos e 2 crianças), que comeriam por um adulto.

2. Estabelece que 35,7% do salário está comprometido com alimentação e o restante (64,29%) deve dar conta do aluguel, vestuário, higiene, educação, saúde etc.

O problema é que, para chegar ao valor da cesta básica nacional, o Dieese e o IBGE utilizam a tabela de provisões básicas de 1938 do governo Getúlio Vargas, que considera uma quantidade e uma variedade ínfima de alimentos.

Em nossos estudos para definir uma proposta de salário mínimo vital procuramos superar os equívocos do Dieese, provocado principalmente pelo uso da tabela de provisões mínimas do governo Getúlio Vargas. Em nossos cálculos, o valor do salário mínimo deve ser de R\$ 2.500,00.

Emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho

A reivindicação da Federação de "redução da jornada para 40 horas" não resolve o problema do desemprego. Mostra apenas a hipocrisia dos pelegos que estão na direção dos sindicatos. Os mesmos que dizem que estão preocupados com o emprego dos trabalhadores, negociam os acordos de demissão nas fábricas. Nas montadoras e em várias empresas, os trabalhadores já trabalham 40 horas semanais e estas empresas estão demitindo. Na Volks, por exemplo, que

a jornada é de 40 horas semanais, ano passado, a direção do sindicato negociou, defendeu e aprovou um acordo que permitiu à Volks demitir 3600 trabalhadores, aumentar a jornada para 42 horas semanais sem aumento nos salários, criou uma nova tabela salarial que permite a empresa contratar trabalhadores ganhando R\$ 1.030,00. Os salários dos atuais trabalhadores na Volks são em média R\$ 2.800,00. O acordo feito pela direção do sindicato ajuda a Volks a implantar a rotatividade, ou seja, demitir trabalhadores que ganham R\$ 2.800,00 e contratar outros pagando um 1/3 deste salário.

Ao defender a proposta de redução da jornada para 40 horas, os dirigentes sindicais traidores dizem que estão pensando em reduzir a jornada dos trabalhadores que trabalham 42, 44 horas ou mais. Isso é mais uma mentira. Se eles estivessem pensando em reduzir a jornada de quem trabalha 42 horas ou mais não teriam defendido e aprovado um acordo que aumentou a jornada dos trabalhadores na Volks de 40 para 42 horas semanais. **Dizemos sem temor:** estes traidores estão pensando em defender apenas o lucro dos patrões e seus próprios interesses.

Só com a luta direta dos trabalhadores, greve e ocupação das fábricas, conquistaremos a escala móvel das horas de trabalho

A direção do sindicato informou na Tribuna Metalúrgica do dia 5 de junho que: "as seis centrais sindicais (CUT, Força Sindical, CGTB, CGT, CAT e UGT) farão uma campanha pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, com foco voltado para o Congresso Nacional. Segundo o presidente da CNM-CUT, Carlos Alberto Grana, o objetivo é fazer marchas a Brasília para pressionar os parlamentares e aprovar a redução da jornada sem redução de salários.

Existem vários erros nesta campanha realizada pelas centrais sindicais. O primeiro deles tem a ver com método utilizado pelas centrais para conquistar a redução da jornada de trabalho. O segundo é que a reivindicação de 40 horas, como já dissemos, não resolve o problema do desemprego. Em relação ao método, está errado porque a CUT e demais centrais sindicais, ao dizer que o foco da campa-

nha pela redução da jornada será voltada para o Congresso Nacional, ao dizer que irão pressionar os parlamentares para que aprovem a redução da jornada de trabalho, deixam de organizar os trabalhadores através de seu método próprio de luta que são as greves e tentam iludir os trabalhadores na possibilidade dos parlamentares ladrões e corruptos aprovarem uma lei que reduza a jornada de trabalho sem redução de salários. Os parlamentares são eleitos com o dinheiro dos capitalistas, industriais (Volks, Mercedes, GM, Ford, Scania etc); empreiteiras (Galtama, Queiroz Galvão etc); latifundiários e banqueiros. Os parlamentares são eleitos com o dinheiro dos capitalistas para defender seus interesses, portanto, jamais irão votar a favor da redução da jornada de trabalho sem redução de salários e contra o lucro dos capitalistas que financiaram suas campanhas eleitorais. Todos os parlamentares são representantes do capital, defendem a manutenção da propriedade privada e a exploração dos trabalhadores pela burguesia.

A redução da jornada para 8 horas hoje existente foi uma conquista que os trabalhadores impuseram à burguesia (patrões) e seu estado por meio da ação direta. Os trabalhadores não podem ter nenhuma ilusão no parlamento burguês. A CUT e demais centrais sindicais todas apóiam o governo burguês de Lula. Abandonaram há muito tempo a defesa das reivindicações e o método de luta dos trabalhadores que são as greves e passaram a entregar através de acordos com os patrões e governos os direitos dos trabalhadores.

Por isso convocamos todos os trabalhadores para participar da assembléia que irá votar a proposta da campanha salarial e defender:

Piso salarial de R\$ 2.500,00. Reajuste de 10 % para quem ganha mais de R\$ 2.500,00. Manutenção das cláusulas sociais. Estabilidade no emprego a todos os trabalhadores. Nenhuma demissão. Pauta única de reivindicação. Assembléia geral dos metalúrgicos para unificar a luta e defender as reivindicações por meio da ação direta. Unidade de empregados e desempregados em defesa da escala móvel das horas de trabalho – divisão das horas necessárias para produzir entre todos os trabalhadores, sem redução nos salários.

Nesta edição:

- Guerra civil em Gaza

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Palestina

Guerra civil em Gaza

Os conflitos quase que diários entre o braço armado do Fatah e a milícia do Hamas resultaram em guerra civil no território de Gaza. A vitória do Hamas estabelece duas Palestinas: a de Gaza e a Cisjordânia, esta sob controle do Fatah.

Mahmud Abbas - homem do Fatah e presidente - dissolveu o governo de "união nacional", destituindo o primeiro-ministro Ismail Haniyeh. O Fatah expulsou os militantes do Hamas dos órgãos públicos na Cisjordânia.

Em janeiro de 2006, o Hamas conseguiu importante vitória eleitoral, o que obrigou o Fatah a admitir a quebra de seu monopólio político e militar. O Hamas fortaleceu sua milícia, principalmente em Gaza, enquanto o Fatah manteve o uso do aparato militar do governo. Os inúmeros fracassos de acordos com Israel enfraqueceram o Fatah perante as massas palestinas, cada vez mais empobrecidas e fustigadas pelos ataques dos judeus.

Yasser Arafat, criador da Fatah, em 1958, morto em 2004, deixou uma organização corrompida pelo dinheiro do imperialismo norte-americano e europeu.

O governo da Autoridade Palestina, comandado por Arafat e depois por seus seguidores, tudo fez para aceitar os planos de "paz" traçados pelos EUA. Aceitou a principal exigência de reconhecer o Estado de Israel, implantado em território palestino no final da década de 40. Para compensar os es-



O Hamas assumiu o controle da Faixa de Gaza: dois governos

forços de capitulação do Fatah e da Autoridade Palestina, o imperialismo despejou dólares, comprou lideranças e fortaleceu a polícia de repressão ao povo.

O Hamas, facção muçulmana, apoiada pelo Irã e Síria, não admitiu o reconhecimento do Estado judeu e tornou-se a maior força de resistência à política de conciliação do Fatah. As camadas mais pobres e oprimidas da população passaram a apoiar o Hamas e a rejeitarem o Fatah corrompido no poder da Autoridade Palestina. Mostraram repúdio ao Fatah votando nos candidatos do Hamas e aderiram à resistência armada às forças sionistas de opressão.

A divisão interna se ampliou e cresceram as tendências da guerra civil. Os acontecimentos de Gaza, região mais pobre e assolada pelos ataques dos judeus, concretizaram essas tendências.

A guerra civil expressa o choque entre posições nacionalistas do Hamas e pró-imperialistas do Fatah. Ocorre em uma situação de agravamento dos

choques destas duas posições em todo Oriente Médio, principalmente no Iraque e no Líbano.

O imperialismo está por debaixo e por cima das guerras. A vitória do Hamas em Gaza enfraquece a posição pró-imperialista dos vendilhões. Por isso interessa ao imperialismo a vitória do Fatah, cujo governo voltou a receber a ajuda intrenacional.

A dissolução do governo de coalizão e a volta do monopólio do poder pelo Fatah foi orientada pelo imperialismo. Mahmud Abbas pretendeu que a força multinacional da ONU ocupasse Gaza. Por essa medida, abriria caminho de intervenção direta do imperialismo, o que fortaleceria as pressões do Estado de Israel contra o povo palestino.

A rejeição de Hamas, considerando que se tratava de uma invasão do território, impossibilitou o objetivo de Mahmud Abbas, mas ainda não o inviabilizou totalmente. Os EUA e europeus estão com a intervenção planejada. Começaram por despejar dólares para fortalecer o governo de Mahmud e aparelhar as forças militares da reação. Israel foi orientado a retomar o pagamento dos impostos devidos ao governo palestino.

Abbas e o Fatah atribuem ao fortalecimento do Hamas a suspensão da "ajuda" financeira dos EUA e europeus. A saída deste governo está na dependência das potências. A saída do Hamas está na dependência de armar as massas para tomar o poder.